

# A diplomacia do caos

**HUSSEIN KALOUT\***

*Artigo produzido para publicação na Revista Política Democrática — Dezembro de 2020*  
<http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2020/12/16/rpd-hussein-kalout-a-diplomacia-do-caos/>

Desde a fundação da República, a política exterior do Estado brasileiro, mesmo com as diferenças de ênfase e estilo, foi reflexo de consensos nacionais básicos, balizada nos ditames do direito e executada em conformidade com a dinâmica da ordem internacional. Pela primeira vez em nossa vida republicana, contudo, uma política externa rompe com esses cânones, ignora os interesses reais e estratégicos do Brasil e passa a ser implementada por meio de uma anti-diplomacia, que, no lugar de buscar soluções, gera conflitos e tensões desnecessários.

Não se trata de uma política externa simplesmente diferente, mas uma ruptura inédita com uma linha consolidada ao longo de 200 anos. Hoje, a irracionalidade foi erigida a política oficial, uma vez que não responde a interesses concretos do país, mas se lança ao combate frívolo a ameaças imaginárias, solapando a capacidade do país de obter ganhos e ampliar influência na região e no mundo.

Uma relação equilibrada e produtiva com os EUA é desejável e sempre foi o objetivo do Estado brasileiro. Mas o recurso à submissão não se coaduna com a vocação de uma nação da envergadura do Brasil. É, na realidade, francamente contrária à vocação universalista da política externa brasileira e sua capacidade de dialogar e estender pontes com diferentes países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, em benefício de nossos próprios interesses.

Essa subserviência está por trás das posições, ações e omissões desastrosas de nossa política externa, em contradição com os dispositivos da Constituição. Alguns dos exemplos vergonhosos são, sem querer ser exaustivo, o apoio a medidas coercitivas em países vizinhos, voto na ONU pela aplicação de embargo unilateral em desrespeito às normas do direito internacional, endosso ao uso da força contra Estados soberanos sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, recurso a teorias conspiratórias para negar a importância de organismos internacionais, inclusive no momento crítico de combate à pandemia, negacionismo climático irresponsável que fornece razões para fechar mercados e afastar investidores.

Na área ambiental, o Brasil que era visto, desde Rio-92, como líder natural no tema do desenvolvimento sustentável, agora é tratado com “pária ambiental”. A medíocre participação na COP-25, em Madri, foi o mais puro retrato da imposição de um auto-fracasso diplomático — e de custos irreparáveis ao nosso país. O boicote que ameaça congelar, por exclusiva intransigência brasileira, negociações da Convenção sobre diversidade biológica apenas reforça a nossa imagem de vilão ambiental.

No sistema multilateral, éramos reconhecidos como ícones do respeito a uma ordem internacional baseada em regras, mas hoje somos vistos como um Estado “rejeitado”. Em vez de reformar e fortalecer o multilateralismo, para aprimorar sua capacidade de encontrar soluções comuns para problemas compartilhados, preferimos tecer loas ao unilateralismo, em detrimento de nossos próprios interesses, uma vez que o Brasil, embora seja país grande, conta com o poder suave da persuasão e não com o poder duro da força para influenciar processos decisórios internacionais.

Na América do Sul, de indutores do processo de integração, passamos a apoiar aventuras intervencionistas e antidemocráticas. A relação entre Brasil e Argentina levou duas décadas para que as mútuas desconfianças fossem eliminadas, e a relação, estabilizada. Graças a uma diplomacia presidencial consciente de sua responsabilidade histórica, José Sarney e Raul Alfonsín, ainda nos anos 1980, puseram fim às fricções entre os dois países. A rivalidade deu lugar à cooperação. Como resultado, nasceu o Mercosul. Contudo, a abordagem ideológica e a tensão intermitente com Buenos Aires podem arruinar as conquistas históricas.

Na Europa ocidental, o Brasil perdeu seu peso gravitacional. Qual é o ganho em confrontar parceiros estratégicos como França e Alemanha? O acordo Mercosul-União Europeia e o projeto de ingresso na OCDE dependem, em boa medida, de amplo consenso entre os países europeus. A anti-diplomacia atual somente afasta o país de seus objetivos nacionais, ao hostilizar países essenciais para a própria implementação da agenda econômica do atual governo.

A desnecessária agressividade contra o nosso maior parceiro comercial que é a China revela o nível obtuso dessa diplomacia. Atacar os chineses em um momento em que a nossa economia precisa preservar o escoamento de sua produção e garantir a renda de muitos brasileiros revela, enfim, o grau de irresponsabilidade dos formuladores dessa “política externa”. O atrito com Pequim não serve aos interesses nacionais do Brasil.

Sem abandonar a ideologia, as fantasias e as alegorias fantasmagóricas que atualmente animam nossa “política externa” de corte fundamentalista, não será possível voltar a enxergar a realidade tal como ela é. Devemos trazer a política externa a seu leito tradicional, de Rio Branco a San Tiago Dantas, cujos elementos centrais foram consagrados pela Constituição Federal.

O que está sendo legado ao Brasil, desde o início da administração Bolsonaro, é uma política da destruição que substitui a racionalidade pela ideologia, o senso de realidade pela fantasmagoria, a luta por uma ordem baseada em regras por um desprezo do direito que flerta perigosamente com o caos. O discurso fala em valores conservadores, liberdade e nacionalismo, mas a substância nos aproxima do precipício, isola o país e o condena à irrelevância. Essa diplomacia do caos e seus tentáculos obscurantistas cedo ou tarde tem encontro marcado com história.

*\* Cientista Político, Professor de Relações Internacionais e Pesquisador da Universidade Harvard. Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2016-2018).*